

Algumas Indagações Sobre o Silêncio em Torno da 6ª Conferência Nacional de Educação

*Maria Juraci Maia Cavalcante**

Resumo

O presente artigo trata de uma investigação sobre a 6ª Conferência Nacional de Educação - ocorrida em Fortaleza, no ano de 1934, sob a coordenação do então diretor da Instrução Pública do Ceará, Joaquim Moreira de Sousa - instigada pelo silêncio em torno da mesma por parte da historiografia educacional brasileira, com vistas a recuperar o significado que teve para o meio educacional local, a representação de educadores que recebeu, bem como, o teor do debate político ali desencadeado e a especificidade do seu relatório final, para, com esses elementos, melhor compreender o papel efetivo que teve aquela Conferência na posterior definição de um Plano Nacional de Educação.

Palavras-chave: Conferência Nacional de Educação – Instrução Pública – História

Local

Abstract

The present article is about an investigation on the 6th National Conference of Education – held in Fortaleza, in the year 1934, under the co-ordination of the director of the Public Education Department of Ceará, Joaquim Moreira de Sousa- urged by the silence of the Brazilian historiography for education around it, aiming to rescue its significance to the local educational environment, the presence of influent representatives of the educational arena which participated on it, as well as, the content of the political debate there occurred, and the uniqueness of its final report, so that, with such elements, better understand the effective role which such Conference performed on the definition of a National Education Plan later on.

Key-Words: National Conference for Education – Public Instruction – Local History.

* Faculdade de Educação – UFC - Professora Titular

Tomando por base a historiografia educacional de maior renome e amplitude no Brasil, como é o caso de Fernando de Azevedo, dificilmente vamos encontrar qualquer referência ao significado da 6ª Conferência Nacional de Educação para o debate em torno de um Plano nacional de educação naqueles ditos revolucionários anos de construção de nossa Nação. Azevedo, em seu mais famoso livro, assinala apenas os feitos magníficos das 4ª e 5ª Conferências Nacionais de Educação, ocorridas nos dois anos anteriores daquela aqui tratada, às quais credita o lastro cultural de ponto mais alto das famosas reuniões de educadores brasileiros, como pode ser lido no trecho abaixo:

A IV Conferência, em cujos debates se levantou a idéia de uma declaração de princípios e de um programa de política educacional; o manifesto dos pioneiros da educação nova, lançado logo depois, em 1932, e a V Conferência Nacional de Educação que se reuniu em Niterói, nos últimos dias desse ano, e foi a mais notável das que se realizaram por iniciativa da Associação Brasileira de Educação, constituíram, sem dúvida, o ponto culminante da grande campanha, iniciada com a reforma de 1928, pela renovação pedagógica e por uma política escolar de caráter nacional, nas linhas gerais de seu plano e nos seus objetivos essenciais.(...) (1971: 677)

É intrigante o silêncio de Azevedo a um evento que ocorre paralelamente aos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, no mesmo ano em que o debate sobre o contorno da educação na nova Constituição brasileira era delineado e a certeza de que não tivera nenhuma influência sobre o delineamento de um plano nacional de educação, que inclusive somente muitos anos mais tarde, sob a gestão do ministro Gustavo Capanema, como nos mostram Schwartzmann, Bomeny e Costa (1984), tomaria corpo e representaria um ideal de educação um pouco distante daquilo que pelo menos o movimento escolanovista apregoava, devido às concessões posteriormente feitas às reivindicações das alas católica, militar e mesmo regionalista, daquelas forças ideológicas em litígio no meio educacional do País.

A presente pesquisa fez um acompanhamento diário daquilo que era noticiado em Fortaleza sobre a organização e a ocorrência da 6ª Conferência Nacional de Educação, com o intuito de, primeiramente, reconstruir o impacto que teve o referido congresso sobre os intelectuais e o meio educacional cearense.

Os registros relativos à organização da Conferência pelos jornais locais evidenciam, desde o início, o grande empenho da Diretoria da Instrução Pública do Ceará em criar condições infra-estruturais e financeiras para abrigar adequadamente o grande acontecimento. No jornal *Gazeta de Notícias*, de 23.04.1933, Moreira de Sousa, em exposição de motivos dirigida ao desembargador Olívio Câmara, Secretário do Interior e da Justiça, solicita a conclusão do prédio da Escola Normal Pedro II, em especial do seu Auditorium, e dos Grupos Escolares do Benfica, Avenida Visconde do Rio Branco e Fernandes Vieira. Pede, ainda, recursos financeiros para a ida de uma turma de professoras ao sul do País para realizar cursos de aperfeiçoamento.

A comissão executiva que é responsável pela organização do Congresso em Fortaleza, conta com a presença de diretores de secretarias de Estado e de importantes instituições escolares, como, a Escola Normal, Liceu do Ceará, Faculdade de Direito, bem como, de professores e profissionais liberais das áreas de Direito e Medicina. O jornal *O Nordeste* noticia, a 12 de janeiro de 1934, a aproximação do grande evento, em destaque de primeira página:

“APROXIMA-SE O VI CONGRESSO NACIONAL DE
EDUCAÇÃO

Ainda este mês, no dia 28, instala-se em Fortaleza o VI Congresso Nacional de Educação. Cem grandes mestres de todo o Brasil aqui virão estudar e trabalhar durante uma semana inteira.

Lourenço Filho, D. Xavier Matos, Fernando de Azevedo, Jonathas Serrano, Anísio Teixeira, Gustavo Capanema – todos, nomes assim de entusiastas pela causa da educação. (...)”

Contudo, quando os congressistas começam a chegar, os jornais passam a comentar sobre a ausência dos principais nomes esperados para o evento com base em cartas e telegramas que lhes são apresentadas pela diretoria da Instrução Pública do Estado. Gustavo Lessa, dirigente da Companhia Melhoramentos, que montará exposição de livros no Congresso, explica em carta endereçada a Joaquim Moreira de Sousa, a qual é publicada em *O Nordeste*, de 26.01.34:

“Rio, 26.01.34. Prezado Sr. Moreira de Sousa, compreendo, o seu pesar é de todo o Ceará intelectual por não terem podido ir ao Congresso os vultos eminentes da educação nacional (...) Dos com quem estou em contato posso dar testemunho de que se acham empenhados em grandes trabalhos preparatórios do próximo ano escolar. Em todo caso, do seu vigoroso esforço na instrução publica cearense não deixarão de resultar benefícios para o Brasil, pois muitas professoras e professores de outros Estados terão oportunidade para observar os resultados”...)

O Congresso de Fortaleza sofre a concorrência de um outro evento de grande importância, qual seja, a Assembléia Nacional Constituinte, eleita, segundo Fausto(1996:351), em maio de 1933, que mobiliza as atenções na capital da República, naquele momento, para a qual - como certamente acreditam os “vultos eminentes” a que se refere Lessa, as diretrizes das duas conferências anteriores, de que participaram com destaque, já foram carreadas naquilo que se refere ao capítulo da educação nacional. Vejamos o telegrama de Anísio Teixeira dirigido a Moreira de Sousa e publicado pelo jornal *O Nordeste*, de 29.01.34 :

Pode querido amigo acreditar um dos maiores sacrifícios impostos ao meu cargo aqui foi privar-me prazer visitas Ceará e estudar obra escolar aí se realiza sob sua direção.pt. Presente em espirito ativ. Conferencia expresse meus votos completo exito certame pt Comuniquei Interventor nomes definitivos delegação do D.F. saudações cordiais. Anísio Teixeira

No jornal *O Povo*, de 26.01.34, também encontramos comentários sobre o anúncio da ausência dos principais expoentes do cenário educacional da época:

O sexto Congresso de Educação está em foco. Honrada a nossa terra com a sua escolha para sede da mesma conferencia educacional, tudo indicava teriamos, em Fortaleza, durante os trabalhos do Congresso, todas as figuras exponenciais da causa do ensino. Aos poucos, no entanto, chegaram noticias desalentadoras, pois á conferencia faltarão vultos como os de Afranio Peixoto, Anísio Teixeira, Lourenço Filho, Fernando de Azevedo e Everardo Backheuser. Líderes da campanha educacional no Brasil essas conspicuas mentalidades, deixando de comparecer a Conferencia, prejudicarão, até certo ponto, os objetivos do Congresso.

Mas não eram apenas as expectativas daqueles famosos educadores em relação ao andamento da Assembléia Nacional Constituinte que pareciam retê-los na capital da República. No início daquele agitado ano de 1934, também eram esperadas modificações estruturais relativas à pasta ministerial da educação, como pudemos ler em *O Povo*, a 07.01.34:

A Reunião de hoje no Catete. Rio, 6 [A.B] – A reunião do Catete ficou adiada para amanhã, Domingo, após a chegada do sr. Lima Cavalcanti. Participarão da mesma todos os ministros e os interventores do Rio Grande do Sul, Bahia, Pernambuco, Distrito Federal, Estado do Rio e São Paulo. Será adotada a formula da recomposição política, com a entrada de novos auxiliares no ministério. Aumenta a convicção de que será desdobrado o ministério da Educação em da Educação e Belas Artes e Ministerio da Saúde Publica. (...)

Enquanto isso, desde o início do ano, evidencia-se uma grande inquietação de alguns jovens educadores cearenses em relação à Conferência educacional. Filgueiras Lima, professor de Didática da Escola Normal Pedro II, tece interessantes comentários, que podem expressar o teor de certas expectativas aqui reinantes, do ponto de vista pedagógico, político e cultural, que merecem ser apresentados com um certo vagar, em especial, por conterem a defesa de uma pedagogia própria para o Ceará e o Nordeste, em substituição à mera importação de modelos pedagógicos da Europa e América do Norte:

Prenuncia-se, para breve, a realização, entre nós, do VI Congresso de Educação, no qual tomarão parte os vultos exponenciais da pedagogia nacional. Como se está a prever, trata-se de uma assembléia de técnicos, que tem por fim traçar novos rumos e diretrizes mais inteligentes ao ensino brasileiro. E, como a educação, para produzir resultados satisfatórios, precisa ajustar-se, perfeitamente, aos interesses e características do meio a que se destina, estamos certos que o 6º Congresso de Educação, realizando-se no nordeste, terá em vista a feição específica dos elementos cósmicos e humanos dessa martirizada região semi-árida do Brasil.

Os problemas pedagógicos nordestinos não podem ser os mesmos de outros Estados da Federação. As diferenças geograficas e étnicas que nos extremam de zona meridional do país impõem-nos a adoção de outros processos metodológicos

(...) Não basta importar pedagogias francesa, alemã, inglesa e norte-americana, por mais científicas e racionais que nos pareçam. Transplantá-las para escolas cearenses e nordestinas, sem um trabalho previo de adaptação e ajustamento, seria o mesmo que impor ás nossas crianças, desatendendo a imperiosas condições mesológicas, a indumentaria exigida pêlos climas europeus.(...) Dentro do proprio Brasil, muito embora permaneça a unidade nacional, diversificam-se as populações por traços psico-somáticos característicos. Daí reclamarmos uma pedagogia para o nordeste, onde a vida do homem e da terra estão entregues á fatalidade das condições mesológicas(...).

(Jornal O Povo, 07.01.1934)

Filgueiras Lima prossegue, queixando-se do fato de ser a participação no Congresso limitada a profissionais previamente convidados, ficando os demais interessados, principalmente, os da terra – que no seu modo de ver, deveriam participar ativamente do Congresso para formular uma “pedagogia nordestina” adequada aos problemas climáticos, econômicos e sociais da região – impedidos de tomar parte. Ele prossegue, dizendo:

Sabe-se que só tomarão parte nos trabalhos internos do Congresso as pessoas previamente convidadas para tal fim. Ninguém, de fóra, por mais entusiasmo e idealismo que dedique a esses assuntos poderá concorrer a esse certame pedagógico, apresentando sugestões, estudos e observações pessoais. Ainda é tempo de corrigirmos lacunas tão sensíveis e chocantes. As nossas autoridades escolares devem aplainar esta situação, de modo a que o Ceará não sirva apenas de palco aos trabalhos do 6º Congresso de Educação. (...) Dê-nos o 6º Congresso de Educação os elementos com os quais possamos transformar as nossas técnicas pedagógicas, de acordo com as exigências imperiosas do meio-ambiente. Mas, para isso, ponha-se primeiro em contacto com os nossos educadores, com as nossas escolas, com a natureza e o homem nordestinos.

É curioso observar a ênfase dada por Filgueiras Lima às necessidades educacionais específicas da região, associadas ao clima, à terra, ao homem que sofre as agruras de um clima inóspito, aspecto que nos faz compreender que suas preocupações pedagógicas com a região estão diretamente vinculadas às necessidades educacionais do campo, muito mais do que da cidade. Na realidade, sua opinião não é isolada, já que faz parte de uma corrente mais forte, encabeçada no Ceará pelo próprio diretor da

Instrução Pública, Joaquim Moreira de Sousa, o qual, por ocasião do Congresso anterior, o 5º, realizado em Niterói, conseguiu destaque por sua conferência sobre o assunto, ao ponto de conseguir trazer o 6º Congresso para o Ceará, como podemos ler abaixo, no jornal *O Povo*, de 24 de janeiro de 1933, em comunicado oficial do Ministério da Educação e Saúde Pública, reconhecendo “progressos” na área educacional local:

O Ensino Rural no Ceará

(Comunicado da Diretoria Geral de Informações, Estatística e divulgação do Ministério da Educação e Saúde Pública)

(...) Quanto ao ensino propriamente dito, considerado nas suas virtualidades praticas como instrumento de habilitação para a vida ativa, desde a reforma de 1923 a instrução publica do Ceará evolve no sentido de uma adequação cada vez mais sensível ás necessidades que tem em vista atender.

Um índice auspicioso dessa tendencia tivemos-la recentemente nas declarações formuladas perante a 5ª Conferencia Nacional de Educação pelo professor Moreira de Sousa, atual diretor da Instrução Publica naquela unidade nordestina, a proposito do ensino rural.

Segundo informou a referida autoridade, cogita o governo regional da instalação de escolas normais para a formação de professores rurais e, mediante acordo entre a Diretoria de Instrução e Inspetoria Agrícola Federal, deverá instruir desde já o ensino pratico da Agricultura nas escolas publicas.

O apelo dos educadores cearenses às autoridades organizadoras do VI Congresso para que ele não perca o seu caráter regional e local, é grande. Além de Filgueiras Lima, um outro professor vem defender, no mesmo jornal, a necessidade de que seja debatido no evento o problema relativo aos livros primários, ressaltando a urgência de que recebam um tratamento regional.

(...)Focalizemos hoje a questão dos livros primarios. A nossa Instrução não tem bons livros primarios. Para os possuir era suficiente que a VI Conferencia de Educação, em acurados estudos, procurasse dar-nos meios, ou no-los facilitasse, para a publicação de livros desse genero.

Livros que fossem genuinamente nordestinos e rigorosamente adaptaveis á inteligencia das nossas crianças. (O Povo – 10.01.1934)

Como vemos, os intelectuais cearenses mostram-se preocupados com a especificidade da região nordeste face ao processo em curso de discussão das bases de uma educação nacional, que tem na cidade o seu foco de emissão. Por que reforçar o universo econômico e cultural do meio rural, quando o “moderno” em construção, em especial, na concepção dos escolanovistas em geral, é urbano, está com suas matrizes centradas na cidade e nos princípios civilizatórios de educação nela pensados? O Ceará, como parte da região Nordeste, quer uma solução educacional para o Brasil que priorize o homem do campo, fixe-o à terra, aprimore-o na agricultura, defenda-o das Secas, salve-o da fome e do êxodo? Talvez por isso, a abertura do Congresso tenha trazido como conferencista o folclorista Leonardo Mota, como podemos ver no jornal *O Nordeste*, de 02.02.1934, em primeira página:

Inaugura-se, hoje, o VI Congresso de Educação.

A Abertura da Exposição de Artes Regionais.

Inaugurou-se, hontem, ás 20.30, nos salões da Escola Normal Pedro II, a Exposição de Artes Regionaes, presentes o sr. Capitão Carneiro de Mendonça, interventor Federal, autoridades federaes, estaduaes e municipaes, e igualmente elementos de todas as classes sociaes, os congressistas e o professorado cearense, ficando de logo optimamente impressionados com a Exposição examinando todas as secções, com interesse e carinho. Após a inauguração da exposição, que foi organizada pela sub-comissão, composta do Padre Helder Camara, professoras Maria Gonçalves. Leticia Ferreira Lima, Olivia Fontenele e maria de Lourdes Esmeraldo, Prof. Juarez brasil e dr. Mozart Pinto, dirigiram-se todos os presentes ao Auditorium, onde o dr. Leonardo Motta pronunciaria a sua anunciada conferencia sobre o folclore.

O dr. Moreira de Sousa, presidente do Congresso, passou a explicar em breve discurso a razão porque anteceder a instalação de uma festividade genuinamente cearense como a que ali se realizava. Era que queria mostrar aos congressistas o Ceará tal qual é. A Exposição de artes regionaes mostrava a habilidade do cearense que vive sob a canicula terrivel dos nossos sertões. As artes que ali se achavam diziam bem da sua inteligencia e dos seus esforços(...)

Como desdobramento dos Congressos anteriores, o de Fortaleza também envolvia a discussão sobre a introdução do ensino religioso nas Escolas. A polêmica tem início no interior do Auditorium da Escola Normal Pedro II, onde ocorre a Conferência e chega a um tal clímax, que obriga os organizadores a desfazerem a sua audiência, fazendo com que a peleja tenha desdobramentos inesperados pelas ruas da cidade, precisamente, na praça do Ferreira, terminando em agressão física e caso policial. Sobre a ocorrência, encontramos a seguinte notícia no Arquivo João Hippolyto¹:

Covardíssima Agressão ao Dr. Sussekind de Mendonça – O Hospede oficial da Interventoria foi atacado fisicamente a menos de 200 metros do palacio do Governo e da Chefatura de Policia.

Causou viva revolta na opinião sensata desta capital a covardissima e injustificavel agressão física de que foi vitima, Segunda feira, o professor Sussekind de Mendonça, representante do Distrito Federal perante o VI Congresso de Educação.

Já é do conhecimento geral a ocorrencia verificada há dias em uma sessão plenaria daquele Congresso.

O dr. Ciro Vieira da Cunha apresentava uma indicação ao Congresso para que aprovasse uma moção a ser dirigida á Assembléia nacional Constituinte, pedindo a inclusão do ensino religioso facultativo nas escolas. O dr. Sussekind de Mendonça, (...) apoiando-se no regimento do Congresso, objetou que

¹ Acervo privado de documentos e recortes de jornais de João Hipólito de Azevedo e Sá, Diretor da Escola Normal do Ceará à época, tratada no presente artigo, o qual foi localizado pela autora junto aos descendentes do educador.

referida proposta não deveria ser tomada em consideração porque tratava de assunto vedado pelo mesmo regimento.

Gerou-se, no Congresso, por esse motivo, um incidente de repercussão em todo o país, em face de haverem elementos estranhos ao Congresso e para ali conduzidos, premeditadamente, procurado perturbar a sessão, dirigindo pesados insultos ao representante carioca, fato que obrigou o exmo sr. Interventor federal a deixar o recinto e o presidente da sessão a encerrá-la por não lhe ser possível manter a ordem...

A agressão física ao congressista carioca acontecerá mais tarde, em meio ao burburinho do centro da cidade, nas proximidades do hotel em que ele está hospedado. O episódio evidencia que católicos e leigos estão a polarizar as atenções no debate educacional instalado naquela década e, naquele ano, em especial, em função da Assembléia Nacional Constituinte para que incluía na nova Constituição matéria regulando a introdução do ensino religioso nas escolas.

Findo o Congresso, eis o balanço feito por seus participantes na sessão de encerramento, o qual é publicado no jornal *Gazeta de Notícias*, de 11 de fevereiro de 1934. Pelo seu valor historiográfico, vale a pena reproduzi-lo, pelo menos, nos aspectos mais essenciais:

Sexto Congresso Nacional de Educação

-O seu brilhante encerramento hontem. Notícias detalhadas, inclusive, na íntegra, o importante relatório geral dos trabalhos do magno conclave educacional.

(...) Abertos os trabalhos foi dada a palavra ao dr. Leoni Kaseff, que leu o relatório geral das atividades do Sexto Congresso, nele estando resumidas, num admirável esforço de síntese, todas as conclusões a que chegou. Essas conclusões serão remetidas aos altos poderes administrativos da União, dos estados, do Distrito Federal e do Territorio do Acre, afim de serem aproveitadas como leis beneficiadoras da educação brasileira. Graças á boa vontade do dr. Leoni Kaseff, autor do magnifico trabalho, temos o prazer de abaixo publica-lo na íntegra.

RELATÓRIO GERAL DOS TRABALHOS DO VI CONGRESSO NACIONAL DA EDUCAÇÃO

INTRODUÇÃO

As diretrizes debatidas no VI Congresso Nacional de Educação, reunido em Fortaleza, sob os auspícios do governo do Ceará, referem-se á educação pre-escolar, ao ensino primario, profissional e normal, secundario e superior, educação para adultos, educação artistica, higienica, fisica e recreativa, direção de escolas, inspeção e administração escolar.

Foram apresentados ao Congresso 25 relatorios e teses, pêlos professores: Celina Avilie Nina, Hortencia Pereira Barreto, Maria Pompeia Junqueira, na Secção de Educação Pre-escolar; Consuelo Pinheiro, Maria Reis Campos, venancio Filho e mme. Helena Antipoff, na de Ensino Primario; Adalberto Menezes de Oliveira, Candido Melo Leitão e D. Xavier de Matos, na de Ensino Secundario, Luiz Freire e Leoni Kaseff, na de Ensino Superior; Armanda Alvaro Alberto, na de Educação para Adultos; Georgina de Albuquerque, Edgar Sussekind de Mendonça e Ceição de barros Barreto, na de Educação Artistica; J. Castilho Junior, na de Educação Higienica; Maria do carmo Vidigal Pereira das Neves, Joaquina Teixeira Daltro, Juraci da Silveira e Anirísia Santiago, na de Diretoras de Escolas; Joaquim Alves e Moisés Xavier de Araujo, na de Inspetores de Ensino; Joaquim Moreira de Sousa e Leoni Kaseff, na de Administradores de Educação Publica.

Foram realizadas, no recinto do Congresso, 6 conferencias, que ficaram a cargo dos professores Cantidio de Moura Campos, Nobrega da Cunha, Teixeira de Freitas, paula Aquiles e Leoni Kaseff.

Efetuaram, ainda, exposições sobre a situação do ensino publico nos respectivos territorios, os delegados oficiais do Distrito Federal, Territorio do Acre e de todos os Estados que se fizeram representar.

Nenhum trabalho especial foi discutido perante as Secções de Educação Profissional e de Educação Física e Recreação (. . .)

Até o presente momento, não conseguimos localizar a totalidade dos trabalhos apresentados. Contudo, parte deles foi registrada pelos jornais locais e sabemos que o seu conjunto precisa ser localizado no Arquivo Público do Ceará, próximo passo a ser dado por esta pesquisa. O valor desse material para a história das idéias educacionais no Brasil é inquestionável, sobretudo quando sabemos que as famosas conferências, organizadas pela Associação Brasileira de Educação, constituíam momentos ímpares para o encaminhamento das questões educacionais naquele Brasil que se fazia nacional. O fato de que os historiadores mais conceituados tenham omitido qualquer referência ao Congresso havido no Ceará, longe de diminuir sua importância, aguça ainda mais o nosso interesse em acompanhá-lo de perto. Nele, como nos demais, seriam traçadas diretrizes para uma política e uma legislação nacional de educação, de grande representatividade, se consideramos que todo o País nele se fez presente, com o envio de professores, técnicos e administradores de todos os recantos e regiões. A atmosfera social que transpirava naquela Conferência estava impregnada das dúvidas e anseios mais gerais da Nação, que então se fazia construir de modo a delinear um processo de visível centralização político-administrativa, que amedrontava a todos, fossem do sul ou do norte do Brasil.

As diretivas fixadas pelos congressistas contêm aspectos múltiplos que enfeixam uma ampla preocupação com o aprimoramento geral da educação nacional, tarefa de caráter jurídico e administrativo, que atribuem primordialmente ao Estado. Vejamos algumas passagens substanciais do documento ora enfocado, dando antes, de forma resumida, os seus principais pontos, os quais são apresentados, segundo uma dada ordem de importância, como se pode ver à seguir: a necessidade de organização da Pré-escola, Escola Primária Rural, Educação sanitária, formação do Magistério – incluindo estágios, vencimentos, bolsas de estudo e custeio; unificação do Ensino Normal, Escolas Normais Rurais, Bibliotecas, aprimoramento administrativo de Dirigentes escolares, Educação Doméstica, Profissional e Ensino Secundário. O trecho do documento relativo à pré-escola merece ser apreciado:

DIRETIVAS

Impõe-se a organização e a multiplicação, para todo o país, de um tipo simples e economico de escola maternal, destinada a receber crianças de todas as classes sociais e a oferecer-lhes a igual oportunidade para receberem uma assistencia sanitaria, pedagogica e social que estimule o seu normal desenvolvimento bio-psiquico e as inicie, com naturalidade, nos processos de vida e de trabalho em comum, fazendo-as adquirirem habitos de asseio e outros desejaveis modos de comportamento.

Na impossibilidade de uma larga disseminação de estabelecimentos especiais para a educação pre-escolar, aconselha-se, como medida de excepção, a instituição de classes maternais nas escolas primarias comuns.

Nos estabelecimentos fabris, onde trabalhem vinte ou mais operarias, deve ser obrigatoria a manutenção de uma escola maternal.

O material dessas escolas ou classes deve ser abundante e cuidadosamente escolhido, com o objetivo de proporcionar á criança multiplas oportunidades para se desenvolver física, moral e intelectualmente, assim como para adquirir habitos sociais e de higiene.

Como vimos, a preocupação com a criação de escolas ou classes maternais é dirigida para todas as classes sociais, inclusive, para o segmento operário. Por sua base científica, esse tipo de instituição escolar parece ser entendida como socialmente necessária por oferecer à toda criança, indistintamente, uma educação sadia e estimulante, ficando subentendido que a família existente não estaria preparada para fazer. Esse aspecto pode ser inferido do reforço que o mesmo documento faz à educação doméstica dos alunos de sexo feminino:

Recomenda-se, como preparação fundamental e indispensavel, para os alunos do sexo feminino, no ultimo ano da escola primária, uma educação domestica criteriosamente orientada e, onde possivel, a criação de institutos profissionaes nos moldes da Escola Domestica de Natal.

Também chama atenção a ênfase dada pelo documento à educação rural, em relação, tanto à escola primária, quanto à escola de formação de professores. A escola primária deve ser expressão da vida e da cultura da comunidade a que pertence e, ao mesmo tempo, significar o começo da profissionalização da criança com vistas ao desenvolvimento regional, pelo seu caráter de higienização e civilização das populações rurais. Para tanto, é tomada como indispensável a criação de escolas normais rurais, que especializem e fixem o professor ao meio onde realiza o seu trabalho educativo. Sob esse aspecto, é que o VI Congresso pode ser visto em sua especificidade, ou seja, pela ênfase que dá ao ensino rural, assinalando a preocupação que alguns expoentes da intelectualidade cearense já haviam demonstrado em artigos de jornais aqui exibidos anteriormente. Vejamos os termos em que essa recomendação é feita pelos congressistas:

A escola primaria rural deve ser organizada como agenciada sociedade, onde se reproduzam, em forma típica, através do aprendizado das materias e das tecnicas auxiliares da educação, os metodos de vida e de trabalho da comunidade e se reflitam na atividade pessoal dos alunos, os motivos das ocupações dominantes da região.

A escola rural deve, ainda, constituir uma agencia de iniciação economica e profissional, com o tríplice objetivo – de assegurar mais prolongado estagio dos alunos nos estudos, de proporcionar-lhes o conhecimento elementar de um oficio e de racionalizar o trabalho dos pais.

A escola elementar, na zona rural, deve ser um centro de convergencia dos interesses locais. Cumpra-lhe estender a sua influencia civilizadora a toda a comunidade local, contribuindo para a elevação do nivel de instrução do povo, para o aumento do conforto geral e para o desenvolvimento da economia regional, por meio de cursos para adultos, de conferencias publicas, de festividades patrioticas e de associações para fins culturais, civicos e recreativos. (...)

É, particularmente, ás populações rurais que devem os governos levar os serviços de assistencia e educação sanitaria, para mais facilmente traze-las ao seio da civilização.

Urge a criação de escolas normais ruraes, diversificadas, na sua organização, de acôrdo com os pricipaes tipos de zonas e destinadas á formação de magisterio especializado para as escolas regionaes, como recurso de assegurar a estas melhor orientação e de fixar o professor ao meio, para maior eficiencia de sua ação.(...)

A preocupação com o ensino rural naquele Congresso significava aquilo que as autoridades educacionais do Ceará estabeleciam como prioridade para proceder à organização de um sistema público de ensino capaz de criar as bases sociais para a anunciada modernização da região e do País. A via de modernização concebida pelo diretor da Instrução Pública do Ceará, não tinha na capital ou na cidade o seu ponto de irradiação. Influenciado pelas idéias nacionalistas de Oliveira Viana e Alberto Torres - e do próprio Lourenço Filho, dos primeiros tempos, quando foi feito reformador da educação do Ceará - Joaquim Moreira de Souza tornara-se um defensor ardoroso da difusão de escolas normais rurais como modo principal de provocar uma renovação educacional condizente com as necessidades reais da sociedade cearense. Ele próprio, anos mais tarde, já na década de 50, irá justificar o seu ponto de vista:

No Ceará, organizar uma escola, para preparo de mestres destinados a escolas primárias, sôbre bases de atividade, produção e cooperação seria a melhor maneira de treinar gerações futuras para as surpresas da calamidade periódica que o destino tem, impiedosamente, reservado àquela gente ativa, obreira e progressista. Encarando face a face, com destemor, a realidade do Nordeste brasileiro, fitando, com redobrada atenção, e com olhos de ver, o quadro desolador do pauperismo, na Terra das Sêcas, buscava a Diretoria da Instrução resolver, com compreensão, pela educação do povo, uma situação aflitiva. (...) Na exposição de Motivos feita ao interventor Carneiro de Mendonça, quando da reforma da Escola Normal, diziz o diretor da instrução: - Certo, não queremos transformar a Escola Normal em Escola de Agronomia (fôra irrisório pensá-lo), mas dar aos mestres de amanhã noções daquilo que êles devem, necessariamente, transmitir aos seus alunos em qualquer zona do Ceará, terra essencialmente agrícola. Estamos na obrigação de ir preparando, desde a escola primária, o espírito do trabalhador que, em futuro mui próximo, terá que auferir benefícios da açudagem e da irrigação (...) (Sousa - s/d: 147)

A Escola Normal do Juazeiro do Norte, criada naquele mesmo ano de 1934, por Joaquim Moreira de Sousa, representou a consolidação da idéia que o educador defendera na 5ª e na 6ª Conferência Nacional de Educação, tendo sido a primeira iniciativa do gênero a ser encetada no Brasil. Por essa razão, ainda que as diretrizes da 6ª Conferência não tenham sido assimiladas em toda a sua amplitude pelos articuladores de um Plano Nacional de Educação ou pelos gestores da morosa Reforma Capanema, anos mais tarde, o simples fato de criação da primeira Escola Normal Rural do Brasil já mereceria uma atenção especial para com as idéias em ebulição naquele congresso de educadores, estranhamente desdenhado por Fernando de Azevedo e demais expoentes do movimento escolanovista, que dele não quiseram participar e, pior do que isso, silenciaram sobre a sua importância no âmbito da história da educação brasileira.

Sobre isso, ainda há muito a ser esclarecido. O presente artigo tem o sentido de apenas anunciar alguns dos achados factuais e documentais que o nosso projeto de pesquisa sobre a História e a Memória Educacional do Ceará realiza no momento, com vistas ao desenvolvimento de uma historiografia voltada para o sentido local de nossa história e de recuperação de sua especificidade, em meio ao silêncio e ao esquecimento que sobre ela pesa, por puro desleixo e obediência nossa a esquemas interpretativos viciados e alheios a tudo que pareça fugir ao centro de interesses daqueles que se julgam, por alguma razão, donos dos rumos e do relato históricos.

Referências Bibliográficas

- ARQUIVO JOÃO HIPPOLYTO
AZEVEDO, Fernando de. *A Cultura Brasileira*. São Paulo: Melhoramentos/EDUSP, 1971.
- FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 1986.
- JORNAL GAZETA DE NOTÍCIAS, Fortaleza, 23 de Abril de 1933.
- JORNAL GAZETA DE NOTÍCIAS, Fortaleza, 11 de Fevereiro de 1934.
- JORNAL O NORDESTE, Fortaleza, 12 de Janeiro de 1934.
- JORNAL O NORDESTE, Fortaleza, 26 de Janeiro de 1934.
- JORNAL O NORDESTE, Fortaleza, 29 de Janeiro de 1934.
- JORNAL O NORDESTE, Fortaleza, 02 de Fevereiro de 1934.
- JORNAL O POVO, Fortaleza, 24 de Janeiro de 1933.
- JORNAL O POVO, Fortaleza, 07 de Janeiro de 1934.
- JORNAL O POVO, Fortaleza, 10 de Janeiro de 1934.
- JORNAL O POVO, Fortaleza, 26 de Janeiro de 1934.
- SCHWARTZMAN, Simon (e outros). *Tempos de Capanema*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: EDUSP, 1984.
- SOUSA, Joaquim Moreira de. *Estudo sobre o Ceará*. MEC/INEP/CILEME, S/D.